

TATIANA STROPPA

# PLATAFORMAS DIGITAIS E MODERAÇÃO DE CONTEÚDOS

POR UMA REGULAÇÃO  
DEMOCRÁTICA

*Prefácio*

Walter Claudius Rothenburg

*Apresentação*

Fernando de Brito Alves

**Área específica da obra**

Direitos Humanos

**Áreas afins do livro**

Direito Constitucional, Direito Público

**Público-alvo/consumidores da obra**

Os alunos e profissionais da área jurídica, bem como da comunicação social e do jornalismo

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003087



A autora defende a regulação dos meios de comunicação social como um aspecto da dimensão objetiva do direito fundamental à comunicação social. Tal regulação reforça a importância do Estado Democrático de Direito na construção de espaços plurais e diversos no ambiente comunicacional. Porém, ao mesmo tempo, o Estado deve se sujeitar a controles para evitar qualquer ingerência inconstitucional no fluxo de conteúdos. Devido à atual relevância das plataformas de conteúdo e de aplicação na estruturação da esfera pública, a obra, embora reconheça a importância dos mecanismos de autorregulação e correção, afirma o protagonismo do Estado na fixação de normas jurídicas que devem ser seguidas nas atividades de moderação de conteúdos.

S924p	Stroppa, Tatiana
	Plataformas digitais e moderação de conteúdos: por uma regulação democrática / Tatiana Stroppa. - Belo Horizonte : Fórum, 2021. 220 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-267-5
	1. Direitos humanos. 2. Direito constitucional. 3. Direito público. I. Título.
2021-3444	CDD 341 CDU 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

STROPPIA, Tatiana. *Plataformas digitais e moderação de conteúdos*: por uma regulação democrática. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 220 p. ISBN 978-65-5518-267-5.

## **Tatiana Stroppa**

Doutora e Mestre em Direito pelo Centro de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário de Bauru – Instituição Toledo de Ensino. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Bauru e da Faculdade Iteana de Botucatu. Advogada.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

<b>Walter Claudius Rothenburg</b> .....	13
---	----

### APRESENTAÇÃO

<b>Fernando de Brito Alves</b> .....	19
--------------------------------------	----

1	INTRODUÇÃO.....	21
---	-----------------	----

2	A CONCEPÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL .....	27
---	--	----

2.1	O direito de expressão .....	28
-----	------------------------------	----

2.2	O direito de informação .....	35
-----	-------------------------------	----

2.3	O direito à comunicação social.....	37
-----	-------------------------------------	----

2.3.1	O direito à comunicação social: dimensões subjetiva e objetiva .....	43
-------	--	----

2.3.2	O direito à comunicação social e a interpretação constitucional.....	53
-------	--	----

3	O DIREITO À COMUNICAÇÃO, O REGIME DEMOCRÁTICO E A OPINIÃO PÚBLICA .....	73
---	---	----

3.1	Esfera pública em rede: identificação de funções e construção da esfera pública pelos meios de comunicação social .....	83
-----	---	----

3.2	Democratização da comunicação social: uma perspectiva histórica .....	93
-----	---	----

4	DEFESA DA REGULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REJEIÇÃO DE CONCEPÇÕES DESREGULATÓRIAS .....	101
---	---	-----

4.1	Técnicas regulatórias: regulação, autorregulação e correção.....	110
-----	--	-----

4.1.1	Normas tecnológicas: novo paradigma de autorregulação .....	115
-------	---	-----

4.1.2	A proposta de regulação por camadas: a estrutura da internet .....	118
-------	--	-----

4.1.2.1	Regulação da camada lógica e neutralidade da rede.....	124
---------	--	-----

5	REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA E BUSCA POR PLURALISMO E DIVERSIDADE MUDIÁTICA .....	129
---	--	-----

5.1	Pluralismo e proibição de monopólios e oligopólios nos meios de comunicação social.....	136
-----	---	-----

5.1.1	Pluralismo, plataformas digitais e formação de monopólios e oligopólios digitais.....	143
-------	---	-----

5.2	Pluralismo e regulação dos meios de comunicação social eletrônica: necessidade de uma regulação convergente .....	152
-----	---	-----

5.3	O conceito amplo de censura.....	161
-----	----------------------------------	-----

5.3.1	Censura privada e responsabilidade das plataformas de aplicações por conteúdos divulgados por terceiros.....	167
-------	--	-----

5.3.2	Censura privada e a defesa de limites jurídicos para os processos de moderação feitos pelas plataformas digitais de aplicações e de conteúdos.....	172
-------	---	-----

5.3.2.1	Moderação de conteúdos e necessidade de regulação jurídica .....	177
---------	--	-----

6	CONCLUSÕES .....	189
---	------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	195
------------------	-----